

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	85
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	622.139.776
Preferenciais	88.643.080
Total	710.782.856
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	2.044.991	2.141.213	2.194.502
1.01	Ativo Circulante	962.885	1.064.197	1.033.326
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.781	46.256	5.516
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.060	3.638	4.377
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	134	954	0
1.01.02.01.03	Instrumentos financeiros derivativos ativo	134	954	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.926	2.684	4.377
1.01.03	Contas a Receber	100.863	59.478	160.463
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	100.863	59.478	160.463
1.01.04	Estoques	525.241	597.342	510.484
1.01.06	Tributos a Recuperar	310.169	352.529	344.974
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	310.169	352.529	344.974
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.771	4.954	7.512
1.01.08.03	Outros	3.771	4.954	7.512
1.01.08.03.01	Outros ativos	3.771	4.954	7.512
1.02	Ativo Não Circulante	1.082.106	1.077.016	1.161.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	720.324	645.216	684.316
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	20.189	12.679	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	619.523	552.640	604.311
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	619.523	552.640	604.311
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	80.612	79.897	80.005
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	41.592	52.625	37.402
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	0	0	14.640
1.02.01.10.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.020	27.272	27.963
1.02.02	Investimentos	1.013	1.013	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.013	1.013	0
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.013	1.013	0
1.02.03	Imobilizado	360.456	429.887	475.357

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	62.358	75.796	82.741
1.02.03.01.01	Imobilizado	62.358	75.796	82.741
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	298.098	354.091	392.616
1.02.04	Intangível	313	900	1.503
1.02.04.01	Intangíveis	313	900	1.503
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	313	900	1.503

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	2.044.991	2.141.213	2.194.502
2.01	Passivo Circulante	1.360.411	1.356.751	1.290.783
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.424	37.071	34.275
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.424	37.071	34.275
2.01.02	Fornecedores	872.383	835.991	775.607
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	872.383	835.991	775.607
2.01.03	Obrigações Fiscais	66.477	57.539	44.848
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	66.477	57.539	44.848
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	66.477	57.539	44.848
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	235.799	236.419	270.436
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	235.799	236.419	270.436
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	235.799	236.419	270.436
2.01.05	Outras Obrigações	154.328	189.731	165.617
2.01.05.02	Outros	154.328	189.731	165.617
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	27.622	0
2.01.05.02.05	Passivos de arrendamento	113.923	112.814	103.443
2.01.05.02.06	Receita diferida	8.203	6.290	5.289
2.01.05.02.07	Outros passivos	31.362	32.641	33.053
2.01.05.02.08	Vendas para entregas futuras	0	0	81
2.01.05.02.09	Receita diferida de contrato de parceria	0	10.364	23.751
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos passivo	840	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	615.540	717.104	786.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	347.363	385.935	396.266
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	341.357	379.623	396.266
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	341.357	379.623	396.266
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	6.006	6.312	0
2.02.01.03.01	Empréstimos com partes relacionadas	6.006	6.312	0
2.02.02	Outras Obrigações	250.161	314.296	362.337

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02	Outros	250.161	314.296	362.337
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	250.161	314.296	362.337
2.02.04	Provisões	18.016	16.873	17.994
2.02.04.02	Outras Provisões	18.016	16.873	17.994
2.02.04.02.04	Provisão para desmantelamento	7.310	7.138	6.718
2.02.04.02.05	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.811	2.799	5.055
2.02.04.02.06	Obrigações fiscais	5.895	6.936	6.221
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	0	0	9.792
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	0	0	9.792
2.02.06.02.01	Receita diferida de contrato de parceria	0	0	9.792
2.03	Patrimônio Líquido	69.040	67.358	117.330
2.03.01	Capital Social Realizado	66.127	56.127	56.127
2.03.02	Reservas de Capital	6	6	6
2.03.02.07	Reserva de Capital	6	6	6
2.03.04	Reservas de Lucros	2.907	11.225	61.197
2.03.04.01	Reserva Legal	1.225	11.225	11.225
2.03.04.10	Reserva para investimentos	1.682	0	49.972

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.440.343	2.525.428	2.425.230
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.450.220	-1.546.193	-1.475.150
3.03	Resultado Bruto	990.123	979.235	950.080
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-767.038	-723.297	-679.111
3.04.01	Despesas com Vendas	-674.877	-644.564	-614.957
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-98.714	-94.725	-87.698
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.553	15.992	23.544
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	223.085	255.938	270.969
3.06	Resultado Financeiro	-153.400	-139.519	-116.233
3.06.01	Receitas Financeiras	147.833	125.098	148.399
3.06.02	Despesas Financeiras	-301.233	-264.617	-264.632
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	69.685	116.419	154.736
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.004	-37.797	-49.959
3.08.01	Corrente	-34.727	-37.106	-71.396
3.08.02	Diferido	11.723	-691	21.437
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.681	78.622	104.777
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	46.681	78.622	104.777
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,066	0,126	0,168
3.99.01.02	PN	0,066	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,066	0,126	0,168
3.99.02.02	PN	0,066	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	46.681	78.622	104.777
4.03	Resultado Abrangente do Período	46.681	78.622	104.777

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	319.542	397.170	244.314
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	264.823	285.828	318.569
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.685	116.419	154.736
6.01.01.02	Depreciação e amortização	132.020	132.027	132.509
6.01.01.03	Ganho na alienação ou baixa de ativo imobilizado e ativo por direito de uso	-2.723	-1.580	-1.727
6.01.01.04	Provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	1.998	1.568	3.769
6.01.01.05	Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.538	228	-1.458
6.01.01.06	Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	-520	105	-1.984
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	-89.795	-72.895	-98.558
6.01.01.08	Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	919	354	647
6.01.01.09	Juros de empréstimos e financiamentos	92.289	85.958	98.963
6.01.01.10	Juros de passivo arrendamento	50.606	54.375	57.317
6.01.01.11	Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores	5.901	-10.336	-2.684
6.01.01.12	Créditos extemporâneos	0	-20.138	-20.043
6.01.01.13	Outros	2.775	2.526	711
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-3.321	-3.669	-3.629
6.01.01.16	Variação cambial, líquida	-549	886	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	54.719	111.342	-74.255
6.01.02.01	Contas a receber	-43.969	100.341	-41.819
6.01.02.02	Estoques	75.115	-88.766	-9.530
6.01.02.03	Impostos a recuperar	43.889	28.380	56.269
6.01.02.04	Outras ativos	-33.545	-34.547	535
6.01.02.05	Depósitos judiciais	14.354	-11.554	-6.270
6.01.02.06	Adiantamentos a partes relacionadas	9.401	55.049	42.943
6.01.02.07	Fornecedores terceiros	45.659	37.936	-20.864
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	-5.647	2.796	2.104
6.01.02.09	Obrigações fiscais	7.245	12.779	2.021
6.01.02.10	Receita diferida	1.913	1.001	-256

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.11	Pagamento de processos cíveis e trabalhistas	-3.526	-2.484	-1.492
6.01.02.12	Outros passivos	-1.107	8	-5.803
6.01.02.14	Receita diferida de contrato de parceria	-10.364	-23.179	-23.252
6.01.02.15	Vendas para entregas futuras	0	-81	-397
6.01.02.16	Fornecedores risco sacado terceiros	-23.205	9.277	8.720
6.01.02.17	Fornecedores risco sacado partes relacionadas	6.128	24.386	-77.164
6.01.02.19	Dividendos	-27.622	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-43.070	-58.416	-54.204
6.02.01	Empréstimos concedidos para partes relacionadas, líquido de recebimentos	-31.490	-31.455	-42.359
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-6.474	-13.738	-12.185
6.02.03	Aquisição de ativos intangíveis	-15	-269	-593
6.02.04	Aplicação financeira	-6.752	-10.986	933
6.02.05	Operações com SWAP	1.661	-955	0
6.02.06	Investimentos	0	-1.013	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-301.947	-298.014	-201.932
6.03.01	Empréstimos amortizados de partes relacionadas, líquido de captações	-1.224	5.958	-105.731
6.03.02	Pagamentos de passivo de arrendamento	-166.341	-163.292	-157.564
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	447.747	257.938	312.705
6.03.04	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-90.789	-82.441	-95.925
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-484.979	-312.495	-149.644
6.03.06	Custo de transação	-6.361	-3.682	-5.126
6.03.07	Juros recebidos de empréstimos captados de partes relacionadas	0	0	-647
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-25.475	40.740	-11.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46.256	5.516	17.338
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.781	46.256	5.516

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.127	6	11.225	0	0	67.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.127	6	11.225	0	0	67.358
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	0	-10.000	-45.000	0	-45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000	0	-10.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-45.000	0	-45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.682	0	46.682
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.682	0	46.682
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	66.127	6	1.225	1.682	0	69.040

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.127	6	61.197	0	0	117.330
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.127	6	61.197	0	0	117.330
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-49.972	-78.622	0	-128.594
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.972	-78.622	0	-128.594
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.622	0	78.622
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.622	0	78.622
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	56.127	6	11.225	0	0	67.358

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	56.127	6	77.363	0	0	133.496
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	56.127	6	77.363	0	0	133.496
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-70.943	-50.000	0	-120.943
5.04.06	Dividendos	0	0	-70.943	-25.007	0	-95.950
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-24.993	0	-24.993
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.777	0	104.777
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.777	0	104.777
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	54.777	-54.777	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	54.777	-54.777	0	0
5.07	Saldos Finais	56.127	6	61.197	0	0	117.330

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	3.261.922	3.365.459	3.221.845
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.248.039	3.340.245	3.199.029
7.01.02	Outras Receitas	15.881	26.782	26.585
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.998	-1.568	-3.769
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.123.085	-2.206.895	-2.139.928
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.816.195	-1.919.046	-1.856.787
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-309.720	-305.034	-286.272
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.830	17.185	3.131
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.138.837	1.158.564	1.081.917
7.04	Retenções	-132.022	-132.027	-132.508
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-132.022	-132.027	-132.508
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.006.815	1.026.537	949.409
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	152.443	124.107	154.904
7.06.02	Receitas Financeiras	152.443	124.107	154.904
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.159.258	1.150.644	1.104.313
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.159.258	1.150.644	1.104.313
7.08.01	Pessoal	273.145	263.605	238.823
7.08.01.01	Remuneração Direta	224.244	216.367	198.905
7.08.01.02	Benefícios	27.949	28.844	23.533
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.952	18.394	16.385
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	511.425	506.648	453.821
7.08.02.01	Federais	175.650	170.641	169.783
7.08.02.02	Estaduais	317.257	317.784	266.393
7.08.02.03	Municipais	18.518	18.223	17.645
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	328.006	301.769	306.892
7.08.03.02	Aluguéis	166.341	163.292	157.564
7.08.03.03	Outras	161.665	138.477	149.328
7.08.03.03.01	Outras	33.048	46.025	42.035

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.03.02	Despesas financeiras	128.617	92.452	107.293
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.682	0	54.777
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	46.682	0	54.777
7.08.05	Outros	0	78.622	50.000
7.08.05.01	Dividendos distribuídos	0	78.622	50.000



Relatório da Administração

2025

A Kalunga é a maior varejista de suprimentos para escritório e material escolar no Brasil e atua por meio de suas 215 lojas físicas distribuídas em 21 Estados brasileiros e no Distrito Federal, nos principais shoppings centers e pontos estratégicos localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí. Além das lojas físicas possui os canais digitais, operando de forma totalmente integrada entre o ambiente online e offline (omnichannel). Para suportar sua operação, a Kalunga possui três centros de distribuição no estado de São Paulo e trabalha com 20 marcas exclusivas, distribuindo mais de 15 mil SKUs e oferecendo adicionalmente os serviços de gráfica rápida, acabamento e digitalização por meio do Copy & Print.

Mensagem da Administração

No ano de 2025 ("12M2025"), as vendas brutas atingiram R\$2.440,3 milhões frente aos R\$2.525,4 milhões no em 2024, portanto um recuo de 3,7%. No entanto, o lucro bruto em 2025, comparado com 2024, apresentou um incremento de 1,1% no período. Em relação ao EBITDA Ajustado, houve um incremento de 1,6%, causado principalmente pela expansão na margem bruta e pelas diversas iniciativas da Administração para redução de despesas. O lucro líquido do período encerrou o 12M2025 em R\$46,7 milhões em comparação com os R\$78,6 milhões em 12M2024, ou seja, uma redução de 40,6%. A Companhia é a maior varejista do Brasil no segmento de suprimentos para escritório e material escolar, tendo atualmente 215 lojas físicas espalhadas pelo país (225 lojas em 31 de dezembro de 2024) e 4.455 funcionários (5.502 funcionários no mesmo período de 2024). Com o resultado apresentados, o cenário ainda se mostra desafiador, seja por fatores econômicos e financeiros, internos e externos.

Omnichannel e Canal Digital

Acreditamos cada vez mais que a integração entre os canais *online* e *offline* é um diferencial competitivo relevante frente a outros *players* e por isso estamos sempre em busca de desenvolver a melhor relação com os nossos clientes, fornecedores, parceiros e colaboradores. Atualmente, 100% das nossas lojas oferecem o *Store Pick-up*, Quiosque e Quiosque *Pick-up*. O *Shipping from Store* também está presente nas nossas lojas, conseguindo realizar a entrega de produtos aos clientes em até 2 horas.

A Companhia também é responsável pela operação de 6 *Online Partner Stores*, nas quais temos parceria com nossos fornecedores para operar seus *e-commerces* e toda a logística inerente, fornecendo assim uma solução de *full commerce*.

O *website* da Companhia (Kalunga.com) contou com uma média mensal no ano de, aproximadamente, 44,4 milhões de visualizações em 2025 (40,2 milhões de visualizações em 2024). De seus 2,8 milhões

Relatório da Administração

2025

de visitantes únicos médios mensais (2,9 milhões em 2024), 1,4 milhão acessam o site via celular (1,6 milhão em 2024) e 1,4 milhão via computador (1,3 milhão em 2024).

A Companhia possui uma estratégia clara de progredir e desenvolver a área de logística de forma a: (i) melhorar a satisfação dos clientes com maior eficiência e agilidade nas entregas; (ii) reduzir custos trazendo melhorias de rentabilidade; e (iii) consolidar a sua presença nacional, seja entrando em novas cidades estratégicas e/ou aumentando sua participação de mercado onde já atua.

Evolução de lojas

Em 2025, inauguramos 1 loja, tivemos 11 lojas descontinuadas e houve 1 mudança de endereço, encerrando assim 2025 com 215 lojas.

Agradecimentos

No campo macroeconômico 2025 se mostrou difícil para os varejistas e exigiu cautela, em decorrência de uma inflação persistente que pressionou o poder de compra e afetou o comportamento do consumidor, bem como pelo elevado endividamento das famílias, situação essa que fica mais adversa com a postura conservadora do Banco Central na manutenção dos juros em um patamar elevado (15% na taxa Selic). Desta forma, a conjuntura tem demandado cautela nas tomadas de decisão e empenho ainda maior nas operações. Por fim, agradecemos aos nossos acionistas e fornecedores que assim como nós continuam empenhados em ajudar a Kalunga a permanecer sendo referência do setor.

Independente do cenário que enfrentarmos, buscamos ser uma Companhia admirada por todos seus *stakeholders*.

A Administração

Relatório da Administração

2025

Destaques operacionais e financeiros



CANAL DIGITAL

- ☞ A estratégia *omnichannel* da Companhia continua trazendo frutos na geração de receita, tendo contribuído com 8,4% da receita bruta em 2025 comparado aos 8,0% em 2024, representando um crescimento de 0,4 pontos percentuais.
- ☞ A receita líquida do canal digital puro, sem considerar esta receita *omnichannel*, atingiu R\$379,2 milhões em 2025 comparado aos R\$426,7 milhões em 2024, um recuo de 11,1%. Considerando somente a receita *omnichannel*, a venda líquida atingiu R\$205,8 milhões em 2025, que comparado aos R\$202,4 milhões em 2024 representou um crescimento de 1,7%. Em relação a receita líquida total, o canal digital + *omnichannel* representou 24,0%.
- ☞ Continuamos com 6 operações no conceito *full commerce* (HP, Brother, Spiral, Epson, Faber-Castell e Duracell) e continuamos as tratativas com outros parceiros que veem a possibilidade de unir a força de suas marcas, com a tecnologia e *expertise* em *e-commerce* da Kalunga.



LOJAS FÍSICAS

- ✍ A Companhia alterou a quantidade de lojas em comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado abaixo:
 - 1 loja inaugurada, 11 lojas descontinuadas e 1 mudança de endereço em 2025. Portanto, a Kalunga encerrou 2025 com 215 lojas.
 - 3 lojas abertas e 3 descontinuada em 2024. Portanto, a Kalunga encerrou 2024 com 225 lojas.
 - A Receita Líquida de Lojas Físicas atingiu R\$2.056,3 milhões em 2025, que comparado com R\$2.093,7 milhões em 2024, apresentou um recuo de 1,8%.
 - O *Same Store Sales* (SSS)¹ em 2025 foi de -0,6% (4,8% em 2024).



COPY & PRINT

- ☞ A Receita Líquida do Copy & Print atingiu R\$4,9 milhão em 2025 comparado ao R\$5,0 milhões em 2024, portanto, representando um recuo de 2,7%.
- ☞ A Copy & Print teve 2 unidades descontinuadas em 2025, portanto, 2025 encerrou com 7 unidades de negócio.

¹ SSS – *Same Store Sales*, considera-se o crescimento das vendas brutas de mesmo período para todas as lojas que já estavam abertas no período anterior

Relatório da Administração

2025



DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- \$ Receita líquida de R\$2.440,3 milhões em 2025, contra R\$2.525,4 milhões em 2024, portanto, um recuo de 3,4%.
- \$ Lucro líquido de R\$46,7 milhões em 2025, contra um lucro líquido de R\$78,6 milhões em 2024, portanto, uma redução de 40,6%, sobretudo decorrente da baixa contábil de um depósito judicial, uma provisão de perda com valor em depósito judicial e acordos para encerramento de litígios.
- \$ Os investimentos da Companhia em imobilizado e ativo intangível, para viabilizar os projetos, totalizaram R\$6,5 milhões em 2025 e R\$14,0 milhões em 2024.
- \$ Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia contava com 4.455 colaboradores ativos e com um índice de rotatividade (*turnover*) de 70,4% e 5.502 funcionários ativos e *turnover* de 18,3% em 31 de dezembro de 2024.

Receita líquida de vendas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida de vendas totalizou R\$2.440,3 milhões, comparado aos R\$2.525,4 milhões de 2024, representou um decréscimo de 3,4% da receita líquida, fruto da queda de 1,8% da receita líquida de lojas físicas no período e de 11,1% no canal digital.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Lojas Físicas (1)	2.056.259	2.093.714	-1,8%
<i>Omnichannel</i>	205.771	202.383	1,7%
Canal Digital	379.219	426.715	-11,1%
Copy & Print	4.865	4.999	-2,7%
Receita líquida	2.440.343	2.525.428	-3,4%

(1) Omnichannel está contabilizado na linha das lojas físicas.

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o custo das mercadorias vendidas e serviços prestados foi de R\$1.450,2 milhões comparado aos R\$1.546,2 milhões em 2024, ou seja, um recuo de 1,8% proveniente da ampliação do mix de produtos nas lojas, sobretudo importados, combinado a um ajuste fino de preços, pontual, para fomentar as vendas no período pós volta às aulas.

Relatório da Administração

2025

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.450.220)	(1.546.193)	-6,2%
% da Receita líquida	59,4%	61,2%	-1,8 p.p.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$990,1 milhões, comparado aos R\$979,2 milhões em 2024, apresentou incremento de R\$10,9 milhões ou 1,1%. A margem bruta do período ficou em 1,8 pontos percentuais maior, atingindo 40,6% em 2025 frente aos 38,8% em 2024, em virtude de estratégia de melhorar a rentabilidade na venda de produtos.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Lucro Bruto	990.123	979.235	1,1%
% da Receita líquida	40,6%	38,8%	1,8 p.p

Despesas operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas operacionais foram de R\$767,0 milhões em comparação com os R\$723,3 milhões apurados em 2024, portanto, registrando uma alta de 6,1%.

No exercício de 2025, as despesas com vendas apresentaram crescimento de 4,7% estando relacionados aos efeitos do dissídio coletivo sobre as despesas com pessoal, despesas com manutenção, fretes, royalties e amortização de arrendamento operacional. Enquanto, as despesas gerais e administrativas tiveram um aumento de 4,2%, devido a despesas com pessoal, contingências e outras despesas. As outras receitas líquidas em 2025 apresentaram queda de 59,0% em relação a 2024. As despesas operacionais do exercício foram impactadas por R\$37,2 milhões em itens não recorrentes, majoritariamente compostos por baixa contábil de depósito judicial R\$13,5 milhões, assessoria jurídica no valor de R\$10,6 milhões, acordos de litígios que somam R\$3,8 milhões e provisão para perdas Pis/Cofins no valor de R\$9.8 milhões.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

2025

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Com vendas	(674.877)	(644.564)	4,7%
Gerais e administrativas	(98.714)	(94.725)	4,2%
Outras receitas (despesas), líquidas	6.553	15.992	-59,0
Despesas operacionais	(767.038)	(723.297)	6,1%
% da Receita Líquida	31,4%	28,6%	2,8p.p.

Lucro operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro operacional foi de R\$223,1 milhões, frente aos R\$256,0 milhões registrados em 2024, houve uma redução de 12,8%. A margem operacional, teve uma redução de 1,0 ponto percentual, representando uma margem de 9,1% em 2025 e 10,1% em 2024. Queda na margem é decorrente sobretudo da baixa contábil de um depósito judicial no valor de R\$13,5 milhões, da provisão para perda de outro depósito judicial no valor de R\$9,8 milhões e do aumento das Despesas operacionais no período com acréscimo de 6,1%.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Lucro Operacional	223.085	255.938	-12,8%
% da Receita Líquida	9,1%	10,1%	-1,0 p.p

Resultado financeiro líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram registradas receitas financeiras de R\$147,8 milhões e despesas financeiras de R\$301,2 milhões, resultando em uma despesa financeira líquida de R\$153,4 milhões, em comparação com R\$139,5 milhões em 2024, portanto, um aumento de 10,0% das despesas financeiras, líquidas. Este aumento é explicado pela expansão das despesas financeiras líquidas que, apesar dos esforços da Administração para redução da alavancagem da Companhia, sofreram um impacto direto do aumento da taxa básica de juros pelo Banco Central.

Relatório da Administração

2025

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Despesas financeiras	(301.233)	(264.617)	13,8%
Receitas financeiras	147.833	125.098	18,2%
Resultado financeiro	(153.400)	(139.519)	9,9%
% da Receita líquida	6,3%	5,5%	-0,8p.p

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social _____

No exercício findo em 31 de dezembro, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi um lucro de R\$69,7 milhões, comparado a um lucro de R\$116,4 milhões em 2024, representando 2,9% e 4,6% de receita líquida respectivamente, ou seja, uma redução de 1,7 pontos percentuais.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Lucro antes do IR e da CS	69.685	116.419	-40,1%
% da Receita líquida	2,9%	4,6%	-1,7 p.p

Imposto de renda e contribuição social _____

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) totalizaram uma despesa de R\$23,0 milhões comparado a R\$37,8 milhões em 2024. Esse imposto representou 33,0% do resultado antes do imposto de renda e contribuição social gerado em 2025 comparado com 32,5% em 2024, portanto, uma variação de 0,5 pontos percentual.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Corrente	(37.727)	(37.106)	1,7%
Diferido	11.723	(691)	n/a
IR e CPLL	(23.004)	(37.797)	-39,1%
% do Lucro antes do IR/CS	33,0%	32,5%	0,5p.p

Relatório da Administração

2025

Lucro líquido do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido da Companhia foi de R\$46,7 milhões comparado a um lucro de R\$78,6 milhões em 2024, que representa uma redução de 40,6%. Esse prejuízo é reflexo sobretudo da baixa contábil, a provisão dos depósitos judiciais e acordos de litígios mencionados anteriormente, bem como das despesas financeiras que corroeram boa parte da geração de rentabilidade.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Lucro Líquido do Exercício	46.681	78.622	-40,6%
% da Receita líquida	1,9%	3,1%	-1,2p.p

EBITDA e EBITDA Ajustado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o EBITDA da Companhia foi de R\$355,1 milhões comparado a R\$387,9 milhões no 2024, que representa uma queda de 8,5%. O ano foi marcado por uma série de efeitos não recorrentes que afetaram negativamente o resultado. Expurgando esses efeitos, o EBITDA ajustado para excluir despesas/receitas não recorrentes em 2025 foi de R\$392,4 milhões comparado a R\$386,2 milhões em 2024, apresenta um aumento de 1,6%.

Conciliação do EBITDA

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	A.H.
Lucro Líquido do Exercício	46.681	78.622	-40,6%
(+) IR / CS	23.004	37.797	-39,1%
(+) Resultado financeiro, líquido	153.400	139.519	9,9%
(+) Depreciação e amortização	132.020	132.027	0,0%
EBITDA	355.105	387.965	-8,5%
(+) Despesas não recorrentes	37.256	(1.790)	n/a
Margem EBITDA Ajustado	392.361	386.175	1,6%



Relatório da Administração

2025

Situação patrimonial

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido era de R\$69,0 milhões e R\$67,4 milhões em 31 de dezembro de 2024. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 3,4% em 31 de dezembro de 2025 e 3,1% em 31 de dezembro de 2024.

(em R\$ mil, exceto %)	2025	2024	A.H.
Patrimônio líquido	69.040	67.358	2,5%
Total do Passivo e PL	2.044.991	2.141.213	-4,5%
% PL / Passivo	3,4%	3,1%	0,5p.p

Dívida líquida

A dívida líquida totalizou R\$534,3 milhões em 31 de dezembro de 2025, 3,6% menor do que a dívida líquida de R\$554,4 milhões registrada em 31 de dezembro de 2024, sendo que o endividamento bruto apresentado foi de R\$577,2 milhões em 31 de dezembro 2025, contra R\$616,0 milhões em 2024, portanto uma redução nominal de R\$39,0 milhões ou 6,3%, esta diminuição é proveniente dos esforços da Administração em reduzir a alavancagem financeira da Companhia.

(em R\$ mil, exceto %)	2025	2024	A.H.
Dívida bruta	577.156	616.042	-6,3%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(20.781)	(46.256)	-55,1%
(-) Aplicação financeira	(22.115)	(15.363)	44,0%
Dívida líquida	534.260	554.423	-3,6%

Relatório da Administração

2025

Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado, em 31 de dezembro de 2025 foi de 1,3x comparado ao 1,4x registrado em 31 de dezembro de 2024, corresponde uma melhora de 0,1x, o que reflete a capacidade da Companhia em pagar suas dívidas com a própria geração de caixa em períodos cada vez mais reduzidos.

(em R\$ mil, exceto %)

	2025	2024	A.H.
Dívida Líquida	534.260	554.423	-3,6%
EBITDA Ajustado	392.361	386.175	3,1%
Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado	1,3x	1,4x	

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Companhia visando atender a legislação, mas principalmente, garantir a segurança dos dados e a privacidade de seus clientes, colaboradores e parceiros comerciais informa que investe de forma contínua em sua estrutura de TI e ambiente *web*. Recentemente os investimentos nessas áreas envolveram:

- Contratação de Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética;
- Aquisição de 5 servidores via *leasing*;
- Aquisição de licença para uso do *software*;
- Serviço para a instalação do *software*; e
- Serviço de suporte técnico.



Relatório da Administração

2025

Relacionamento com auditores independentes _____

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, e ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28.12.2006, a Kalunga informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não contratou outros serviços, que não sejam relacionados aos de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. Informamos ainda que o EBITDA e as informações não financeiras incluídas neste relatório, assim como os percentuais derivados, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kalunga S.A. ("Kalunga" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 215 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (225 lojas em 31 de dezembro de 2024).

Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Desempenho

A Companhia, no exercício de 2025, apresentou uma redução das vendas líquidas de 3,4% em comparação com 2024. Esta redução deve-se, sobretudo, as vendas do Canal Digital, que apresentaram queda de 11,1% em relação ao período anterior, e redução nas Lojas Físicas de 1,8%, no mesmo período. As vendas em lojas físicas, passaram representar 84,3% da receita líquida total frente aos 82,9% da receita líquida total em 2024. Vale ressaltar que as vendas Omnicanais (i.e. compradas pelo site e entregues pelas lojas) são contabilizadas nas Lojas Físicas, visto que as emissões das notas fiscais são feitas nas Lojas Físicas.

i) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A Administração prezando pelas melhores práticas, considerando o aspecto histórico e de expectativa de perda futura, estimou o percentual de perdas sobre o faturamento, através de cartões de crédito, em 0,35% (0,34% em 31 de dezembro de 2024), e 0,63% através de vendas faturadas (0,40% em 31 de dezembro de 2024) os quais são utilizados como métrica para constituição e/ou manutenção da provisão para perda de crédito esperada.

Em relação às vendas corporativas, a ação contínua da Administração da Companhia na mitigação prévia dos riscos, contribuiu para a manutenção dos percentuais de recuperação históricos da Kalunga nas diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado e, portanto, no controle dos percentuais de perdas históricas, os quais, servem de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos.

Com base no monitoramento da carteira de clientes e gestão de crédito, a Companhia mensurou os níveis de provisão para perdas com recebíveis. Em relação ao total do contas a receber de clientes, a provisão em 31 de dezembro de 2025 equivale a 1,3% (3,3% em 31 de dezembro de 2024). Portanto, tendo uma redução em comparação ao exercício anterior, sobretudo em função do montante de antecipações realizadas, apesar do forte volume de vendas, encerrando o ano com um saldo de antecipações de recebíveis de R\$144.265, existente em 31 de dezembro de 2025 (R\$206.345, em 31 de dezembro de 2024).

ii) Valor de recuperação dos estoques

Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia apurou oscilação positiva em

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

relação aos custos de aquisição. Comparando a margem bruta registrada no acumulado de 12 meses em 2025, com a apresentada no acumulado de 12 meses de 2024, observa-se um aumento de 1,8 ponto percentual, de 38,8% em 2024 para 40,6% em 2025. Este aumento é resultado da estratégia da Companhia de melhorar a rentabilidade na venda dos produtos.

iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente

No cenário interno, a atividade econômica brasileira apresenta sinais de moderação do crescimento com a divulgação do PIB apontando para uma desaceleração, com redução no ritmo de expansão do consumo das famílias. O mercado de trabalho permanece apertado, com taxas de desemprego baixo, porém com sinais de acomodação. A inflação tem apresentado queda, mas continua acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, com expectativas de inflação (Focus) de 4,4% para 2025 e 4,2% para 2026. As expectativas de inflação seguem desancoradas, exigindo uma postura monetária restritiva por um período de tempo maior. O câmbio indica uma expectativa de apreciação e o preço das commodities mais estáveis, contribuem para condições mais favoráveis. O ambiente externo global permanece incerto com destaque para a política econômica, monetária e tensões geopolíticas dos Estados Unidos que afetam as condições financeiras globais mesmo com recentes melhoras nas negociações comerciais. Com esse cenário o Comitê segue acompanhando com cautela a persistência de incertezas internas e externas. Conforme Ata do Comitê de Políticas Monetárias (COPOM) do Banco Central do Brasil (BCB), dos dias 9 e 10 de dezembro de 2025, publicada em 16 de dezembro de 2025, a expectativa do mercado para a Selic em 2025 foi de manter a taxa básica em 15,0% a.a., enquanto a taxa acumulada do DI em 12 meses em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,3%. Nesta mesma ata, o COPOM sinalizou que seguirá avaliando se a manutenção do nível corrente por tempo prolongado será suficiente para que a inflação se mantenha em convergência com as metas. Como consequência desse cenário e considerando as taxas de antecipação de recebíveis praticadas recentemente, as projeções da taxa DI pré e prazos médios das respectivas operações, a Companhia revisou as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em 31 de dezembro de 2025, que resultaram nas alterações como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de juros – AVP Clientes	1,20%am	1,04%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	1,38%am	1,39%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	1,35%am	1,51%am

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Realização de imposto de renda diferido ativo

Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização.

v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.

Em 2025 e 2024, não foram obtidos benefícios de arrendadores.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$397.525 (R\$292.554 em 31 de dezembro de 2024) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 11 dias em 31 de dezembro de 2025 (15 dias em 31 de dezembro de 2024) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 212 dias em 31 de dezembro de 2025 (188 dias em 31 de dezembro de 2024).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

A Companhia apresenta um patrimônio líquido de R\$69.040 em 31 de dezembro de 2025 (R\$67.358 em 31 de dezembro de 2024), o que representa um aumento de 2,5%, que foi ocasionado pela manutenção do lucro do exercício em reserva de lucros. Em relação à geração de caixa operacional, a Companhia apresentou uma geração positiva em 2025 no valor de R\$319.542, que comparado com a geração positiva de R\$397.150 em 2024, representa uma redução de 19,5%. Tal variação deve-se substancialmente ao volume de liquidações das operações com fornecedores, relativas a empréstimos e financiamentos e redução das antecipações de contas a receber de clientes em 2025. A manutenção da geração positiva de caixa operacional permite à Companhia mitigar os efeitos do capital circulante negativo. A relação dívida líquida pelo EBITDA aumentou no exercício, passando de 1,4x em 2024, para 1,5x em 2025, principalmente pela redução do EBITDA.

A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional e migração de lojas de shopping para lojas de rua.

Também continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e “*Omnichannel*” da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*.

A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas, recebíveis e aplicações financeiras) e antecipações de recebíveis (cartões).

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em consonância com a Deliberação CVM N° 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 17 de março de 2026.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acrescidos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreendem basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo.

Para as vendas com cartões de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartões de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*). Para os demais recebíveis a Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperada conforme a normativa aplicável.

3.3 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente e ao valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, e acordos comerciais recebidos de fornecedores.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

3.4 Acordos comerciais

Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos não comercializados é apresentada como redutora do custo dos estoques. A liquidação destes acordos ocorre por meio de depósitos em espécie ou abatimento de faturas a pagar aos fornecedores. Saldos de acordos

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

comerciais cuja obrigação da Companhia foi cumprida, porém não recebidos, são apresentados como recebíveis quando não há saldos a pagar ao respectivo fornecedor.

3.5 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis.

3.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos que são classificados sempre no ativo/passivo não circulante, independentemente do seu prazo de realização/liquidação.

3.7 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, dos respectivos ativos e passivos.

A Companhia efetua o desconto a valor presente do contas a receber de clientes, estoques, arrendamentos e fornecedores. As taxas utilizadas e montantes dos ajustes a valor presente estão descritas nas Notas 7, 8, 12 e 14.

3.8 Intangível

São classificados nesta conta os gastos com aquisições de licenças de uso de *softwares* utilizados na operação do banco de dados e dos sistemas operacionais, estando avaliados pelo custo de aquisição.

Conforme análises técnicas da área de tecnologia a vida útil estimada é de cinco anos, sendo amortizado durante esse período de forma linear.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, no mínimo, pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

No início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos, a serem realizados durante a vigência do arrendamento, brutos de PIS e COFINS e renovação, quando esta seja permitida pelo contrato e seja intenção da Companhia. Tais pagamentos incluem valores fixos, menos quaisquer incentivos a receber, valores variáveis que dependem de um índice ou taxa, e/ou valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos incluem o preço de exercício de opção de compra, ou o pagamento de multa pela rescisão contratual, de acordo com a opção exercida pela Companhia.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental nominal, na data de início porque a taxa de juro implícita

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento e/ou alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável.

Provisão para desmantelamento de lojas

Para os contratos de aluguéis de lojas, a Companhia efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento.

A provisão para desmantelamento é demonstrada em conta separada do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia não possui contratos, de valor relevante, de arrendamento em que atua como arrendadora.

3.10 Imobilizado

As benfeitorias e as instalações compreendem os gastos com as estruturas e a preparação para operacionalizar as lojas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As benfeitorias são depreciadas pelo menor prazo entre a vida útil estimada da benfeitoria ou do prazo de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que são

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante em seu negócio. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação em % a.a.	
	2025	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros (conforme prazo contratual da locação)	12,5	12,5
Instalações	9,6	9,6
Empilhadeiras	8,3	8,3
Móveis, utensílios	9,4	9,4
Aeronaves	3,9	3,9
Veículos	5	5
Outros	10,9	10,9

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Caso haja necessidade de estimar o valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia, limitado ao prazo de utilização previsto para o ativo, que pode ser contratual ou com base em sua vida útil. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes para as unidades geradoras de caixa (definidas como lojas e centros de distribuição), os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

A perda por desvalorização do ativo, quando identificada, é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para os ativos intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

3.12 Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente.

3.13 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre ambos.

Os prazos de pagamento e os preços praticados na compra de produtos desses fornecedores se mantêm os mesmos antes e depois da inclusão no risco sacado, havendo somente a alteração do destinatário do pagamento (instituição financeira ao invés do fornecedor). Os prazos de pagamentos estão compreendidos dentro do ciclo normal de operação da Companhia. Portanto a Companhia apresenta o saldo destas transações operacionais em “Fornecedores nacionais – risco sacado” em seu passivo circulante. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

3.15 Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada trimestre, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As antecipações ou os valores passíveis de compensação, quando aplicável, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

3.17 Benefícios a funcionários e administradores

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores e não mantém plano de benefícios a funcionários e administradores na forma de planos de bônus ou participação nos lucros.

3.18 Reconhecimento de receitas e custos

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro contra roubo, furto e quebra accidental e serviços gráficos (*Copy & Print*) as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

c) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce*. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

receitas após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos.

d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores.

3.19 Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas.

3.20 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em quotas efetivas. O prejuízo no exercício é considerado anti-dilutivo.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio portanto o lucro (prejuízo) básico e diluído são idênticos.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros***Reconhecimento inicial e mensuração***

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A Companhia possui instrumentos financeiros ativos da categoria custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas esperadas de crédito são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas de crédito são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda esperada de crédito de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda esperada de crédito).

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas esperadas de crédito em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para perdas de créditos esperadas é calculada com base no histórico de perdas dos últimos 2 anos, porém considerando também as perdas esperadas sobre os recebíveis a vencer.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, e contas a pagar a partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A Companhia possui instrumentos financeiros passivos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

iv) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.22 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

A DVA da Companhia mostra um aumento na geração de valor em 2025, bem como um crescimento na sua distribuição entre pessoal, governo, financiadores e acionistas. O aumento na remuneração de capitais próprios sinaliza uma posição financeira saudável e um foco no retorno ao investidor. O crescimento na receita e no valor adicionado líquido reflete positivamente a eficiência e o resultado das operações da empresa, sugerindo uma capacidade crescente de gerar valor a partir de suas atividades.

3.23 Normas e interpretações e normas ainda não vigentes

As emissões/alterações de normas *International Accounting Standards Board* (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 4812 – classificação e mensuração

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- Aterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 4813 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias e Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

- Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Informações Contábeis Intermediárias e Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

3.24 Impactos da Reforma Tributária

Após a realização de estudos iniciais sobre os impactos e ponderando os possíveis cenários, visto que a Reforma Tributária só se inicia mais efetivamente a partir de 2028, não identificamos no presente momento impactos sobre os ativos mais relevantes da Companhia.

Até o final de 2028, acreditamos que os ativos Contas a Receber, Estoques, Impostos a Recuperar, Partes Relacionadas, Imobilizado e Direitos de Uso, pouco serão afetados. Primeiro porque as alíquotas estimadas para o IBS e CBS, são 17,7% e 8,8% respectivamente, totalizando 26,5%. O ICMS e o PIS / COFINS hoje totalizam em média 24,1%. Aqui vale lembrar que a Companhia ainda poderá abater o imposto incidente sobre todas as compras, despesas, gastos etc., o que efetivamente não ocorre hoje em dia. Assim inicialmente haverá uma carga tributária nominal maior, lembrando que a Kalunga não tem nenhuma atividade com benefício tributário e ou produto subsidiado, mas que em decorrência dos créditos tenderá a convergir para alíquota atual.

Mesmo o direito de uso imobiliário que hoje não sofre a tributação, ao sofrer, não causará impacto, já que o imposto será recuperado.

Portanto com essas características as margens de lucro da Companhia a médio prazo não sofrerão impactos relevantes.

Na análise preliminar feita, o ponto que deve causar algum impacto relevante na operação da Kalunga deve ser o sistema Split Payment afetando o seu capital de giro regular. Os créditos e os débitos de IBS/CBS nascem somente após a liquidação da operação. Se o pagamento e ou o recebimento for parcial, os créditos e débitos serão proporcionais.

Conforme descrito na NE 1v, o prazo médio de recebimento da Companhia é de 11 dias,

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

enquanto o de pagamento é de 212 dias. Esse formato, do ponto de vista tributário, deverá ser modificado. A Kalunga está estudando formas de mitigar esses potenciais impactos

3.25 Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Recuperação de créditos tributários

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia. Especificamente para os Créditos de ICMS-ST a recuperar, face as suas complexidades e relevância, a Companhia contratou serviço de revisão de cálculos e registros fiscais, a fim de proporcionar maior segurança e confiabilidade quanto a sua futura realização. Tal trabalho está em andamento, devendo ser concluído nos próximos meses. A Administração não espera que haja desdobramentos relevantes.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, *spreads* históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	8.796	11.060
Aplicações financeiras automáticas	11.985	35.196
	20.781	46.256

O saldo de aplicações financeiras automáticas é composto substancialmente por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), de liquidez imediata, em bancos de primeira linha e que rendem de 10% a 95% (10% a 82% em 2024) da variação do CDI.

6. Aplicações financeiras

Tipo	Rentabilidade	Vencimento	2025	2024
CDB(*)	100% CDI	10/09/2029	7.732	7.500
Fundo Investimento(*)	14,83%	14/10/2027	3.671	5.179
CDB(*)	97% CDI	31/05/2030	4.763	-
CDB(*)	100%-103% CDI	15/06/2029	2.979	-
CDB(*)	102% CDI	14/08/2028	1.044	-
CDB(*)	101% CDI	15/12/2025	1.926	2.684
Total			22.115	15.363
Circulante			1.926	2.684
Não circulante			20.189	12.679

(*) As respectivas aplicações financeiras são objeto de garantia de empréstimos obtidos pela Companhia junto as instituições financeiras.

7. Contas a receber

	2025	2024
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	72.983	29.692
Duplicatas a receber (ii)	21.612	25.268
Carteira digital / <i>Marketplace</i>	7.607	6.406
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	30	(553)
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	1.088	1.310
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.174)	(588)
	102.146	61.535
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.282)	(2.057)
	100.864	59.478

(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo bruto de cartões de terceiros é de R\$217.248. (R\$236.036 em 31 de dezembro de 2024) e o saldo de antecipações de cartões é de R\$144.265 (R\$206.345 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição por prazo de vencimento dos recebíveis:

	2025	2024
A vencer	99.983	58.405
Vencidos até 30 dias	896	1.008
Vencidos de 31 até 60 dias	292	196
Vencidos de 61 até 90 dias	256	3
Vencidos de 91 até 360 dias	614	739
Vencidos acima de 360 dias	105	1.184
	102.146	61.535

A movimentação da provisão para perdas esperada com crédito está conforme abaixo:

	2025	2024
Saldo inicial	(2.057)	(1.761)
(+) Constituição de provisão	(1.998)	(1.568)
(-) Baixa por perda efetiva do contas a receber	2.773	1.272
Saldo final	(1.282)	(2.057)

Qualidade de créditos

Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação.

Foi constituída provisão para perdas esperada com crédito, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia. Assim, a Companhia concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,3% em 31 de dezembro de 2025 (3,3% em 31 de dezembro de 2024) sobre o total das contas a receber líquido de antecipações de cartões. A Administração da Companhia julga que os saldos de provisão são suficientes para cobrir perdas esperadas.

Ajuste a valor presente (AVP)

O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 1,20% ao mês (1,04% ao mês em 31 de dezembro de 2024), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorressem antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques

	2025	2024
Mercadorias para revenda:		
nos centros de distribuição	168.267	220.160
nas lojas	379.912	405.095
Acordos comerciais	(13.780)	(15.740)
Ajuste a valor presente (AVP)	(8.457)	(10.952)
Provisão para obsolescência	(701)	(1.221)
	525.241	597.342

O valor presente das compras de produtos, que compõem os estoques em 31 de dezembro de 2025 foi calculado considerando a taxa de 1,38% ao mês (1,39% ao mês em 31 de dezembro de 2024), apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização. Não há estoques concedidos em garantia de quaisquer operações financeiras e ou comerciais.

A movimentação da provisão para obsolescência está conforme abaixo:

	2025	2024
Saldo inicial	(1.221)	(1.116)
Reversão (provisão)	520	(105)
Saldo final	(701)	(1.221)

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos a recuperar

	2025	2024
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	290.131	304.521
ICMS a recuperar - operações correntes (saldo credor)	2.057	2.089
Créditos de PIS/COFINS a compensar (ii)	3.781	34.485
PIS/COFINS a recuperar	9.735	8.108
Antecipação IRPJ/CSLL	3.642	2.221
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	822	1.105
Total	310.168	352.529

(i) ICMS substituição tributária

A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais n.º 52.847 e 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária.

O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado à resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2025, o montante recuperado foi de R\$826.706 (R\$684.793 em 31 de dezembro de 2024), conforme legislação específica. Os valores relativos ao ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores.

(ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue:

Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007.

Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu em 2019 créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R\$257.607 sendo R\$142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras.

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha contabilizada uma provisão relacionada ao risco de recuperabilidade sobre os créditos potenciais de PIS/COFINS no valor atualizado de R\$20.138, a qual, foi revertida em função da definição favorável da justiça e habilitação do valor total junto às autoridades fiscais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100).

Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS a COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019.

Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS é válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Especial (RE) 574.706. Diante deste evento, a Companhia efetuou o registro contábil dos créditos do PIS / COFINS, para o período compreendido entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2017, no montante atualizado pela Taxa SELIC, de R\$35.935, conforme item (i) da decisão. O registro do crédito teve como contrapartida R\$23.116 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais em 2021 e R\$12.819 relativos à atualização monetária e juros como receitas

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras, dos quais, R\$2.390 foram contabilizados em 2024. e não registrou ainda os possíveis créditos relativos ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017.

Em 4 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Nacional, tendo o Tribunal decidido pela: (i) manutenção da sentença na parte em que garantiu o direito das empresas de excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incluído o ICMS-ST; e (ii) aplicação da modulação dos efeitos definida no julgamento de repercussão geral firmado pelo STF, de modo a não reconhecer o direito de as empresas reaverem os valores indevidamente pagos no período entre a vigência da Lei nº 12.973/2014 e 03/2017 (que foi a data do primeiro julgamento do STF).

Especificamente com relação ao item (ii) da decisão acima mencionada, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia decidiu apresentar os competentes recursos, especialmente visando discutir a questão da modulação, de modo que não seja restringido o seu direito no mencionado período.

Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram registrados R\$1.529 como resultados financeiros (R\$1.157 em 31 de dezembro de 2024). Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.485
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	1.529
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(32.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.781
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.640
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	1.157
Estorno de provisão para perdas dos créditos tributários	20.138
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(1.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.485

Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	2025	2024
Ativo não circulante		
Adiantamentos e conta corrente		
Spiral do Brasil Ltda. (i)	-	7.534
Contratos de mútuo		
Acionistas controladores (ii)	603.344	531.984
Blantys Participações Ltda. (ii)	16.179	13.122
	619.523	552.640
Passivo circulante		
Fornecedores		
KA Solution - Tecnologia	1.106	1.133
Spiral do Brasil Ltda - risco sacado	92.110	87.259
Spiral do Brasil Ltda	7.960	-
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	884	815
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.496	1.452
Spiral do Brasil Ltda.	300	290
	103.856	90.949
Passivo não circulante		
Empréstimos com partes relacionadas		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	6.006	6.312
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	1.622	2.309
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	2.369	3.753
Spiral do Brasil Ltda.	549	824
	10.546	13.198

- (i)

Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Companhia. A conta corrente é sujeita a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2025 ficou entre 1,00% e 1,47% ao mês (entre 1,01% e 1,17% em 31 de dezembro de 2024), sem vencimento predeterminado.
- (ii)

Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2025 ficou entre 1,00% e 1,47% ao mês (entre 1,01% e 1,17% em 31 de dezembro de 2024), sem vencimento predeterminado.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Transações com partes relacionadas (período de doze meses)

31 de dezembro de 2025						
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendiment os Ltda.	Kalunga Participações e Empreendiment os Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	370.247	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	294	-	861	1.471	-	-
Despesas com tecnologia	-	13.882	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	294	13.882	861	1.471	-	-
Aluguéis recebidos e apropriados – CD Spiral Barueri	537	-	-	-	-	-
Total de Outras Receitas	537	-	-	-	-	-
Receitas financeiras – mútuo	1.867	-	-	-	85.645	2.283
Despesas financeiras – mútuo	-	-	(920)	-	-	-
Total resultado financeiro	1.867	-	(920)	-	85.645	2.283

31 de dezembro de 2024						
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendime ntos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	463.589	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	(815)	(1.417)	-	-
Despesas com tecnologia	-	(13.749)	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	(13.749)	(815)	(1.417)	-	-
Aluguéis recebidos e apropriados – administrativo	282	-	-	-	-	-
Aluguéis recebidos e apropriados - CD Barueri	477	-	-	-	-	-
Total de Outras Receitas	759	-	-	-	-	-
Receitas financeiras – mútuo	4.843	-	-	-	66.478	1.574
Despesas financeiras – mútuo	-	-	(354)	-	-	-
Total resultado financeiro	4.843	-	(354)	-	66.478	1.574

c) Relacionamentos com partes relacionadas

As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora.

- Spiral do Brasil Ltda. - fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo (“conta corrente”) para esta empresa.;
- Blantys Participações Ltda. - a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos;
- Ka Solution Tecnologia - parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de TI da Companhia;

- DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da sede administrativa da Companhia. Além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos;
- Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo).

As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

As despesas relativas à remuneração do pessoal chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Remuneração e encargos	13.982	12.977
Benefícios	403	517
Total	14.385	13.494

d) Avais com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é avalista da Spiral:

- i) Em cédula de crédito bancário junto ao Banco Original, no valor de R\$ 45,9 milhões, com vencimentos mensais e sucessivos de janeiro de 2026 a abril de 2028 (R\$ 25,4 milhões em 31 de dezembro de 2024);
- ii) Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R\$3,4 milhões, com vencimento em julho de 2026 (R\$ 18,4 milhões em 31 de dezembro de 2024);
- iii) Em contratos de REFINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Santander S.A., no valor de R\$ 14,4 milhões, com vencimento em agosto de 2026(R\$ 4,2 milhões em 31 de dezembro de 2024).
- iv) Em contratos de REFINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco ABC., no valor de R\$ 14,9 milhões, com vencimento em julho 2026;
- v) Em contratos de REFINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco BMG, no valor de R\$ 3,2 milhões, com vencimento em fevereiro de 2026;
- vi) Em contratos de REFINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 15,0 milhões, com vencimento em julho e outubro de 2026;
- vii) Em cartas de créditos para importação com o Banco Itaú Unibanco, com vencimento de março a agosto de 2026, no valor de R\$ 7,3 milhões

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

	2025	2024
Processos tributários – PIS/COFINS (i)	-	12.940
Processos tributários – PIS/COFINS (ii)	9.771	7.895
Processos tributários – PIS/COFINS (iii)	792	745
Processos trabalhistas	851	618
Processos cíveis	793	1.195
Processos tributários – ICMS DIFAL (iv)	39.947	29.232
	52.154	52.625
Provisão para perda de depósito do Processo PIS/COFINS (v)	(10.562)	-
	41.592	52.625

- (i) Refere-se ao depósito em juízo dos valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de máquinas e equipamentos) referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 17 e a partir de então a Administração não reconheceu tais créditos. Este processo foi encerrado, com decisão desfavorável à Companhia, tendo sido o depósito revertido em favor da União.
- (ii) A Companhia discute judicialmente a incidência do PIS / COFINS sobre a atualização monetária de PIS / COFINS recuperados face a exclusão do ICMS da base de cálculo de ambos, relativo ao período de 01/04/2017 a 31/12/2017.
- (iii) Trata-se de discussão judicial para que seja reconhecido o direito da empresa de aplicar as alíquotas reduzidas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, previstas no Decreto nº 11.322/2022, em relação aos fatos geradores ocorridos durante os primeiros noventa dias contados da publicação do Decreto nº 11.374/2023, bem como (2) o direito de levantar os valores dos tributos que tiverem sido depositados judicialmente.
- (iv) Trata-se de questionamento judicial da legalidade da exigência do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL") pelas Unidades da Federação ("UFs") nas vendas interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do ICMS ("Serviços"). A partir da decisão do STF sobre os embargos de declaração dos estados da federação, passaram a ser efetuados depósitos judiciais a partir da competência setembro de 2021;
- (v) A Companhia foi informada pelos seus assessores jurídicos, patronos das causas descritas em (ii) e (iii) acima, que há perspectiva de perda provável para os dois processos. Desta forma foi constituída a respectiva provisão reconhecendo o risco de os depósitos serem revertidos em favor da União, classificada como redutora dos depósitos judiciais.

12. Arrendamentos

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2024	354.091	(427.110)
Novos contratos (i)	50.306	(50.227)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	23.733	(23.733)
Baixas de contratos	(17.616)	21.250
Amortização de direito de uso	(112.416)	-
Juros apropriados no período	-	(50.606)
Pagamentos de arrendamentos	-	166.341
Saldos em 31 de dezembro de 2025	298.098	(364.085)
Circulante	-	(113.923)
Não circulante	298.098	(250.161)
Direito de uso, líquidos de amortização	296.741	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	1.357	-
Total	298.098	-

- (i) O montante do passivo de arrendamento dos novos contratos não inclui o saldo de provisão para desmantelamento destes contratos.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2023	392.616	(465.780)
Novos contratos	63.385	(63.265)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	17.538	(17.538)
Baixas de contratos	(8.956)	10.556
Amortização de direito de uso	(110.492)	-
Juros apropriados no exercício	-	(54.375)
Pagamentos de arrendamentos	-	163.292
Saldos em 31 de dezembro de 2024	354.091	(427.110)
Circulante	-	(112.814)
Não circulante	354.091	(314.296)
Direito de uso, líquidos de amortização	352.318	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	1.773	-
Total	354.091	-

O direito de uso inclui os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo, bem como locação de equipamentos de informática. A composição dos ativos por direito de uso é como segue:

	2025	2024
Imóveis	297.736	353.380
Equipamentos de informática	363	711
Total	298.099	354.091

A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente dos contratos, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 5 a 24 anos e, quando praticamente certa sua renovação, é considerada a renovação por mais 5 anos, sem alterações nos demais termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

As despesas de escalonamento de juros sobre os arrendamentos em resultado apresentam-se reduzidas pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

A Companhia não possui compromissos relevantes relativos a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. Em 2025, as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 1,35% a.m. (1,51% a.m. em 31 de dezembro de 2024), apurada sobre as transações de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de riscos e garantias.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R\$ 1.469 (R\$ 1.752 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	Valores a pagar	Crédito potencial de PIS e COFINS
De 01/01/2027 A 31/12/2029	267.642	24.757
De 01/01/2030 A 31/12/2032	28.655	2.651
De 01/01/2033 A 31/12/2035	10.060	931
De 01/01/2036 A 31/12/2038	998	92
Total dos pagamentos mínimos	307.354	28.431
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(57.194)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	250.161	

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	2026	2027	2028	2029
Passivo de arrendamento					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	364.084	250.157	153.007	74.297	31.508
Projeção nominal e taxa nominal	364.084	261.737	168.465	85.765	38.650
Ativo de direito de uso (i)					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	298.098	194.311	113.109	52.051	20.736
Projeção nominal e taxa nominal	298.098	205.811	128.517	63.606	27.327
Encargos Financeiros					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(50.606)	(40.288)	(26.870)	(15.327)	(6.795)
Projeção nominal e taxa nominal	(50.606)	(41.301)	(28.923)	(17.373)	(8.074)
Despesa de Depreciação do direito de uso					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(112.415)	(102.425)	(81.202)	(61.058)	(31.315)
Projeção nominal e taxa nominal	(112.415)	(105.370)	(89.242)	(72.188)	(39.696)
Total de despesa					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(163.021)	(142.713)	(108.072)	(76.385)	(38.110)
Projeção nominal e taxa nominal	(163.021)	(146.671)	(118.165)	(89.561)	(47.770)

(i) Projeção considera apenas o componente de direito de uso referente ao fluxo descontado dos pagamentos mínimos de arrendamento.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Equipamentos			Móveis e					Imobilizado	Total
	Benfeitorias	Instalações	de informática	Empilhadeiras	utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	em	imobilizado
Saldos em 31/12/2024	20.558	38.542	2.042	3.709	4.575	4.178	124	916	1.152	75.796
Custo total	157.823	125.914	29.272	8.819	15.166	9.447	248	3.751	1.152	351.592
Depreciação acumulada	(137.265)	(87.372)	(27.230)	(5.110)	(10.591)	(5.269)	(124)	(2.835)	-	(275.796)
Valor contábil, líquido	20.558	38.542	2.042	3.709	4.575	4.178	124	916	1.152	75.796
Aquisição	2.409	1.638	613	491	524	-	-	3	796	6.474
Baixas de custo	(911)	-	-	-	-	-	-	-	-	(911)
Depreciação	(6.862)	(8.367)	(1.164)	(670)	(1.008)	(614)	(24)	(292)	-	(19.001)
Transferências	-	90	79	-	238	-	-	-	(407)	-
Saldos em 31/12/2025	15.194	31.903	1.570	3.530	4.329	3.564	100	627	1.541	62.358
Custo total	159.321	127.642	29.964	9.310	15.928	9.447	248	3.754	1.541	357.155
Depreciação acumulada	(144.127)	(95.739)	(28.394)	(5.780)	(11.599)	(5.883)	(148)	(3.127)	-	(294.797)
Valor contábil, líquido	15.194	31.903	1.570	3.530	4.329	3.564	100	627	1.541	62.358

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 31/12/2023	23.428	42.162	1.980	2.965	5.049	4.793	152	1.218	994	82.741
Custo total	152.609	120.767	27.975	7.498	14.631	9.447	248	3.705	994	337.874
Depreciação acumulada	(129.181)	(78.605)	(25.995)	(4.533)	(9.582)	(4.654)	(96)	(2.487)	-	(255.133)
Valor contábil, líquido	23.428	42.162	1.980	2.965	5.049	4.793	152	1.218	994	82.741
Aquisição	5.234	5.068	1.297	837	407	-	-	46	849	13.738
Baixas de Custos	(20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)
Depreciação	(8.084)	(8.767)	(1.235)	(577)	(1.009)	(615)	(28)	(348)	-	(20.663)
Transferências	-	79	-	484	128	-	-	-	(691)	-
Saldos em 30/12/2024	20.558	38.542	2.042	3.709	4.575	4.178	124	916	1.152	75.796
Custo total	157.823	125.914	29.272	8.819	15.166	9.447	248	3.751	1.152	351.592
Depreciação acumulada	(137.265)	(87.372)	(27.230)	(5.110)	(10.591)	(5.269)	(124)	(2.835)	-	(275.796)
Valor contábil, líquido	20.558	38.542	2.042	3.709	4.575	4.178	124	916	1.152	75.796

A Companhia não identificou indícios de não recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, não há valores (não houve valores em 31 de dezembro de 2024), relativos a bens do ativo imobilizado dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais - terceiros	801.056	763.357
Fornecedores nacionais - risco sacado com terceiros (i)	-	23.205
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas (i)	92.110	85.982
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	7.960	-
Ajuste a valor presente (AVP)	(28.743)	(36.553)
	872.383	835.991

O ajuste a valor presente para 31 de dezembro de 2025 foi calculado considerando a taxa de 1,38% ao mês (1,39% a.m. em 31 de dezembro de 2024) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

- (i) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado” (vide Nota 10). Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram antecipados valores pelos fornecedores terceiros (no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram antecipados R\$23.205 que geraram R\$2 de receita de comissão).

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	2025	2024
Capital de giro – Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação do índice do CDI) + 2,00% a.a. a 4,20% a.a.	Out/2029	502.604	511.597
Outros financiamentos	Pré-fixado de 8,32%	Fev/2025	-	10.987
	CDI + 1,15% a 3,15% a.a.	Jul/2027	6.919	52.288
	Dólar + 6,76% a 8,40% a.a.	Jul/2025	-	12.723
	IPCA + 10,83% a.a.	Jun/2028	17.328	-
	TJLP + 2,60% a.a.	Mai/2026	-	28.447
	IPCA + 10,75	Jun/2028 (*)	50.305	-
			577.156	616.042
Circulante			235.799	236.419
Não circulante			341.357	379.623

(*) Renegociado para encargos iguais ao IPCA + 10,75% a.a. e vencimento em junho/28.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do não circulante, por ano de vencimento

Ano	2025	2024
2026	-	162.640
2027	163.440	122.966
2028	111.065	53.362
2029	66.851	40.655
	341.356	379.623

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 28.3.

a. Garantias:

Em garantia dos contratos de capital de giro, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 10% a 20% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas. Nos períodos apresentados, os limites de garantias foram atendidos, bem como, a alocação de certa quantia em aplicação financeira na própria instituição financeira. Nas instituições financeiras que são cooperativas, como parte da condição para se tornar cliente e, desta forma, obter empréstimos com a instituição, a Companhia precisou adquirir cotas da cooperativa, as quais, poderão ser resgatadas após liquidação da dívida ou mantidas enquanto, a Companhia pretender ser cliente da instituição.

Já nos contratos denominados "Outros financiamentos", as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

b. Covenants:

A Companhia em 20 de março de 2023 assinou contrato de empréstimo na modalidade CCB, que contém cláusula relativa a cumprimento de índice financeiro de alavancagem, razão entre dívida líquida e EBITDA (IFRS 16) igual ou inferior a 4,0x para o exercício de 2023, de 3,5x para os exercícios de 2024 e 2025 e de 3,0x para os exercícios de 2026 e 2027. O índice é calculado com base nas demonstrações financeiras intercalares semestrais, portanto, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, sendo que em 31 de dezembro de 2025, última mensuração, a Companhia apresentou o índice de alavancagem de 1,3x.

Em 14 de outubro de 2024 a Companhia assinou contrato de empréstimo na modalidade CCB, que contém cláusula relativa a cumprimento de índice financeiro de alavancagem, razão entre dívida líquida e EBITDA (calculado conforme cláusula contratual) igual ou inferior a 4,0x. O índice é calculado anualmente no final do exercício social com base nas demonstrações financeiras auditadas, portanto, em 31 de dezembro de cada exercício. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um índice de alavancagem de 1,5x, mantendo-se em patamar bastante inferior ao da cláusula de *Covenants* até a próxima verificação em 31 de dezembro do próximo exercício social.

Face as análises realizadas regularmente não há evidências de ocorrer a situação de *cross default* em qualquer dos contratos.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Instrumentos financeiros derivativos

Para os contratos da modalidade “Outros Financiamentos” descritos na tabela acima, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para neutralizar e/ou mitigar os riscos relacionados a exposição cambial, inflação, bem como taxas prefixadas de juros, conforme descrito na Nota Explicativa 27.1 (d).

16. Obrigações fiscais

	2025	2024
IRRF a recolher	2.494	2.485
ISS de terceiros a recolher	14	56
PIS e COFINS a recolher	8.487	7.410
ICMS a recolher	53.750	46.009
Total de impostos a pagar	64.745	55.960
Parcelamento PIS/COFINS – PERT	7.627	8.515
Total de obrigações fiscais	72.372	64.475
Circulante	66.477	57.539
Não circulante	5.895	6.936

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 31 de dezembro de 2017 e a última em 31 de janeiro de 2030.

A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil – RFB com o objetivo de recuperá-los. Para minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais. Vide outras informações na NE 11 (i) e (v) Depósitos Judiciais.

A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2024	8.515
Novos parcelamentos	-
Atualização monetária	770
Pagamentos realizados	(1.658)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2025	7.627
Circulante	1.732
Não circulante	5.895

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2023	7.506
--	--------------

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novos parcelamentos	1.831
Atualização monetária	627
Pagamentos realizados	(1.449)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2024	8.515
Circulante	1.579
Não circulante	6.936

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2025	2024
2026		1.579
2027	1.731	1.579
2028	1.703	1.554
2029	1.399	1.283
2030	316	284
2031	217	193
2032	217	193
2033	217	193
2034	95	78
	5.895	6.936

17. Receita diferida**a) Receita diferida**

	2025	2024
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra accidental (i)	5.468	3.129
Repasse de vendas de cartão pré-pago (ii)	2.734	3.161
	8.202	6.290

- (i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida".

Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra accidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros.

Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra accidental, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii)
- Corresponde ao saldo a repassar para o fornecedor de cartões pré-pagos interativos que são vendidos nas lojas. As vendas iniciaram em agosto de 2022 e sobre a venda de cada cartão a Companhia recebe uma comissão que varia entre 7% e 50%.

b) Receita diferida de contrato de parceria

	2025	2024
Receita diferida de contrato de parceria	-	10.364
	-	10.364
Circulante	-	10.364

O objeto do Contrato é estabelecer condições para comercialização, por parte da Kalunga, aos seus clientes, dos serviços prestados pela CDF, sendo o principal, *Help Desk* para instalações, configurações, diagnóstico de problemas etc. Pelas vendas realizadas a Companhia é remunerada a título de comissão correspondente a 45% e bônus pelo direito de exclusividade para os serviços da CDF. As obrigações previstas no contrato de parceria foram encerradas em maio de 2025. A Companhia em novo contrato com a CDF efetuará a intermediação de prestação de serviços, relacionados a *help desk* para eletroeletrônicos, computadores, eletrodomésticos etc., no entanto, sem qualquer obrigação de performance e/ou recebimento antecipado.

18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Provisões para perdas prováveis

Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	2025	2024
Cíveis	789	737
Trabalhistas	3.985	810
Tributárias	37	1.252
	4.811	2.799

Contingências trabalhistas:

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências cíveis:

As causas cíveis referem-se a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor, e uma Ação Anulatória contra um AI emitido pelo Procon. Há depósito judicial, equivalente à metade do valor discutido.

Contingências tributárias:

As causas tributárias referem-se a incidência de PIS / COFINS sobre a atualização dos créditos pela SELIC, desde quando foram reconhecidas, até a respectiva compensação e créditos indevidos tomados em compras da ZF de Manaus, no que se refere à 31/12/24. Em 2025 o saldo remanescente se refere somente a créditos indevidos tomados em compras da ZF de Manaus, pois no caso da incidência de PIS / COFINS sobre a atualização dos créditos pela SELIC, a provisão atualizada está reclassificada como redutora do respectivo depósito judicial. Vide Nota Explicativa 11.

A movimentação das provisões para perdas prováveis está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	623	848	3.584	5.055
Provisão (reversão)	2.163	388	(2.323)	228
Pagamentos	(1.976)	(499)	(9)	(2.484)
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	810	737	1.252	2.799
SalDOS em 31 de dezembro de 2024	810	737	1.252	2.799
Provisão (reversão)	4.123	230	1.185	5.538
Pagamentos	(948)	(178)	(2.400)	(3.526)
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	3.985	789	37	4.811

b) Contingências avaliadas como perda possível, portanto, não provisionadas

Os processos judiciais de risco de perda possível, estão apresentados abaixo por natureza:

Natureza	2025	2024
Trabalhistas	11.592	12.159
Cíveis	4.088	2.519
Tributárias	44.862	91.667
	60.541	106.345

Os valores relacionados a causas tributárias se referem substancialmente a:

- (i) Autos de infração de ICMS aplicados no estado de Pernambuco, cujas impugnações foram apresentadas pela Companhia requerendo o integral cancelamento dos mesmos, no valor de R\$ 2.473 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.252 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Auto de infração lavrado durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia no montante de R\$7.962 em 31 de dezembro de 2025 (R\$7.370 em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) Defesa de AI lavrado em 12/24, visando à cobrança de supostos encargos legais aplicáveis ao IRPJ e CSLL relativos ao período de apuração de 01/01/2020 a 31/12/2020. A Companhia argumenta que o momento da tributação pelo IRPJ, pela CSLL, dos créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, referente a exclusão do ICMS da base do PIS / COFINS, ocorre apenas quando as empresas transmitem os PER/DCOMP. Em 31 de dezembro de 2025, o valor da perda possível foi avaliado em R\$27.861 (R\$25.014 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Defesa de AI lavrado em 12/2024, visando à cobrança de supostos encargos legais aplicáveis ao PIS e COFINS, relativos ao período de apuração de 30/11/2020 a 31/03/2021. A Companhia argumenta que não há incidência sobre os valores atinentes à atualização pela taxa SELIC (juros de mora e correção monetária) dos créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, referente a exclusão do ICMS da base do PIS / COFINS principalmente pela existência de depósitos judiciais garantindo a discussão. Em 31 de dezembro de 2025, o valor da perda possível foi estimado em R\$5.551 (R\$12.583 em 31 de dezembro de 2024). Também estava avaliado como possível, o risco da incidência da multa e juros por atraso de pagamento dos tributos, face a diferença temporal do reconhecimento do crédito e o uso do mesmo através do sistema de compensação (PERDCOMP) utilizado para liquidação de tributos federais, no montante de R\$35.395 em 31 de dezembro de 2025 e R\$31.914 em 31 de dezembro de 2024. Para evitar duplicidade no contingenciamento de eventual perda neste caso, os assessores jurídicos adotaram ajuste metodológico consistente no fracionamento do risco, da seguinte forma: (i) como “Perda remota”, foi definido o mesmo valor dos depósitos judiciais nos autos do Processo Judicial nº 5019287-71.2020.4.03.6100 (até julho/2023), no valor de R\$8.462, e (ii) a diferença entre o valor atualizado desses depósitos judiciais (até julho/2023) é o valor atualizado de R\$ 5.551 do Auto de Infração deve ser mantida como “Perda possível”.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$66.127 (R\$56.127 em 31 de dezembro de 2024), representado por 710.782.856 ações, divididas da seguinte forma: (a) 622.139.776 ordinárias, e (b) 88.643.080 preferenciais, sendo a totalidade das ações nominativas e sem valor nominal (622.139.776 ordinárias em 31 de dezembro de 2024), sendo 50% detido por cada um dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal (idem em 31 de

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2024) e no mesmo montante em ações preferenciais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

b) Reserva legal

Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 e 28 do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício apurado, deduzidos os prejuízos acumulados e qualquer provisão de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, serão destinados 5%, no mínimo, do saldo remanescente para a constituição de reserva legal, no limite, em que o saldo desta reserva não supere 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R\$1.225 (R\$22.125 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada AGE que aprovou: (i) alteração do estatuto social da Companhia para criação de ações preferenciais, atualizações de redação e referências a normativos legais; (ii) o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), mediante a capitalização de parte da reserva legal; (iii) a emissão de 88.643.080 (oitenta e oito milhões, seiscentas e quarenta e três mil e oitenta) novas ações preferenciais a serem bonificadas aos acionistas; (iv) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da companhia para refletir o novo capital social; (v) a consolidação do estatuto social e (vi) a autorização à administração da Companhia para tomar todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

As ações preferenciais foram emitidas ao preço por ação de R\$0,11281196, nos termos do art. 171 da LSA, calculado pelo valor patrimonial contábil com data-base de 30 de setembro de 2025, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva legal da Companhia, nos termos do art. 170 e 193 §2º da LSA, na exata proporção dos mesmos no capital social da Companhia na presente data.

c) Reserva para investimento

Conforme artigo 28 §3º do Estatuto Social, após a constituição da reserva legal e observada a distribuição mínima obrigatória de dividendos, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Administração, destinar o lucro líquido remanescente para constituição de reserva para investimento, a qual, tem a finalidade de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. O saldo desta reserva não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, o capital social. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída a reserva de investimentos, com parcela do lucro líquido remanescente, no valor de R\$1.682.

d) Custos com emissão de ações

Conforme descrito na Nota 1, em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na CVM, visando uma captação de recursos financeiros através de oferta pública inicial de ações (IPO). Conforme requerido pelo CPC 08 (R1), os custos de transação incorridos até 31 de dezembro de 2025, foram totalmente apropriados

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao resultado, (R\$1.599 em 31 de dezembro de 2024), tendo sido baixados da conta transitória como pagamento antecipado no grupo de outros ativos circulantes. A Companhia optou por baixar os gastos face ao adiamento do IPO por prazo indeterminado.

e) Distribuição de Lucros relativa ao período intermediário em 2024

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$51.000 com base no período intermediário encerrado em 31 de março de 2024, os quais, foram utilizados em sua integralidade para amortização do saldo de mútuo a pagar que os acionistas possuem junta a Companhia.

f) Distribuição intermediária de lucros relativos ao período encerrado em 31 de março de 2025

Conforme reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 30 de abril de 2025, os conselheiros aprovaram a distribuição de parte do saldo remanescente da Reserva de Lucros Acumulados do período findo em 31 de março de 2025, no valor de R\$45.000. Assim como em períodos anteriores, o pagamento foi realizado através do abatimento de parte da dívida dos acionistas com a Companhia.

g) Distribuição de lucros relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 30 de dezembro de 2025, os conselheiros aprovaram a distribuição do saldo remanescente da Reserva de Investimentos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$1.682.

A deliberação ocorreu por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

- (i) Em razão das regras de transição temporais vigentes, nos termos da Lei 9.250/1995, alterada pela lei 15.270/2025, a fim de alinhar-se à referida regra de transição que afasta a incidência de Imposto de Renda das Pessoas Físicas sobre dividendos declarados até 31 de dezembro de 2025, os conselheiros aprovaram que os lucros e dividendos acumulados relativos a resultados apurados até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 possam ser distribuídos em qualquer circunstância até 31 de dezembro de 2028.
- (ii) Ficam os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas nos termos desta ata; e
- (iii) Ratificar todos os atos praticados pela administração da Companhia para a implementação das deliberações referidas nos itens acima.

Assim como em períodos anteriores, o pagamento será realizado através do abatimento de parte da dívida dos acionistas com a Companhia, após a realização da AGO que deliberar sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras de curto prazo. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumarizados:

	2025	2024
(+) Empréstimos e financiamentos	577.156	616.042
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(20.781)	(46.256)
(-) Aplicação Financeira	(1.926)	(2.684)
(-) Aplicação Financeira LP	(20.189)	(12.679)
(=) Dívida líquida	534.260	554.423
(+) Total do patrimônio líquido	69.040	67.358
(=) Total do capital	603.300	621.781
Índice de alavancagem financeira	88,56%	89,17%

21. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Vendas brutas de produtos	3.344.507	3.426.189
Venda de serviços	15.053	15.555
Ajuste a valor presente (AVP)	(49.999)	(39.100)
Devoluções	(61.522)	(62.399)
ICMS sobre vendas	(562.944)	(560.389)
PIS e COFINS sobre vendas	(244.103)	(253.751)
ISSQN sobre vendas de serviços	(649)	(677)
Receita líquida	2.440.343	2.525.428

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2025	2024
Lojas físicas	2.056.259	2.093.714
Canal digital	379.219	426.715
Copy & Print	4.865	4.999
Receita líquida	2.440.343	2.525.428

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas com vendas

	2025	2024
Salários e encargos sociais	(277.661)	(271.987)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(100.877)	(99.170)
Depreciação e amortização	(17.872)	(19.510)
Taxa de cartão de crédito	(41.659)	(43.044)
Propaganda e publicidade	(28.744)	(32.203)
Condomínios, fundos de promoção, etc.	(41.429)	(40.066)
Energia elétrica, água e telefone	(24.805)	(26.672)
Frete com vendas	(23.880)	(23.258)
Imposto predial e taxas de funcionamento	(17.790)	(17.400)
Despesas com manutenção	(10.064)	(11.745)
Despesas com ICMS/ICMS Diferido	(12.245)	(15.805)
Perdas de Depósitos Judiciais	(13.468)	-
Serviços de terceiros	(16.909)	(14.196)
Materiais de embalagem	(7.158)	(6.617)
Impressos e material de escritório	(3.638)	(3.435)
Royalties	(8.093)	(8.130)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(1.998)	(1.568)
Quebra de caixa	(341)	(470)
Provisão de contingências e despesas de indenizações vendas (ii)	(8.556)	-
Outras despesas	(17.690)	(9.288)
	(674.877)	(644.564)

(i) Esse montante compreende R\$111.112 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e dos gastos com desmantelamento (R\$109.223 em 31 de dezembro de 2024), líquido e de R\$10.235 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R\$10.053 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Refere-se a valor líquido de provisão constituída no período, no valor de R\$9.771, conforme nota explicativa n.º 11 Depósitos Judiciais e reversão de R\$1.215, conforme nota explicativa n.º 18(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

23. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros	(41.752)	(37.302)
Salários e encargos sociais	(36.271)	(37.074)
(Provisão) reversão de contingências e despesas de indenizações	(3.229)	(228)
Manutenção	(806)	(774)
Depreciação e amortização	(1.734)	(2.025)
Amortização de direito de uso de arrendamentos e de equipamentos de informática (i)	(1.215)	(1.186)
Energia elétrica, água e telefone	(141)	(252)
Aluguéis	(117)	(112)
Pró-labore	(8.700)	(6.900)
Legais e tributárias	(255)	(309)
Outras despesas	(4.494)	(8.563)
	(98.714)	(94.725)

(i) Esse montante compreende R\$1.303 (R\$1.269 em 31 de dezembro de 2024) de amortização de direito de uso dos arrendamentos e de equipamentos de informática (Nota 11), líquido de R\$88 (R\$83 em 31 de dezembro de 2024) de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos.

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras receitas (despesas), líquidas

	2025	2024
Crédito extemporâneo de ICMS	-	1.277
Crédito extemporâneo de INSS	23	-
Perdas com contrato oneroso (i)	(1.664)	(4.117)
Estorno da provisão p/perda crédito PIS/COFINS	-	14.224
Receitas de aluguel	2.295	2.171
Baixas de Contratos de Arrendamento Imobiliário	2.650	1.618
Outras receitas e despesas	3.249	819
	6.553	15.992

- (i) Trata-se do contrato de parceria, firmado entre a Companhia e CDF, para oferta de serviços de instalação, montagem, manutenção, suporte, assistência e outros para os clientes nas lojas e pela internet. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram apurados receita de parceria e de bônus, no valor de R\$8.886, líquidos de PIS / COFINS (R\$21.326, líquido de PIS / COFINS em 31 de dezembro de 2024) e despesa para o cumprimento de obrigações com o contrato, de R\$10.550 líquida de PIS / COFINS (R\$25.444 líquida de PIS / COFINS em 31 de dezembro de 2024), resultando na perda líquida de R\$758 (R\$1.944 em 31 de dezembro de 2024).

25. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento (ii)	(46.117)	(50.114)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(92.290)	(85.958)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(920)	(354)
Amortização do custo de transação	(3.756)	(3.176)
Despesas bancárias	(2.725)	(2.946)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(117.247)	(96.980)
Variação monetária passiva	-	(334)
Resultado com instrumentos financeiros passivo	(2.807)	(1.595)
Juros sobre antecipações de cartões	(23.720)	(15.750)
Outros	(11.651)	(7.410)
	(301.233)	(264.618)
Receitas financeiras		
Juros sobre contratos de mútuo (partes relacionadas)	89.796	72.895
Juros ativos	476	441
Descontos obtidos	839	1.138
Rendimento de aplicações financeiras e rendimentos de aplicações em ações	3.418	894
Ajustes a valor presente de contas a receber	49.412	40.025
Variação monetária ativa	5.828	4.380
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(4.611)	(3.690)
Resultado com instrumentos financeiros ativo	1.145	1.944
Atualização monetária PIS / COFINS (i)	1.529	7.071
	147.832	125.098
Resultado financeiro	(153.401)	(139.519)

- (i) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS, face ao ganho de causa transitada e julgada, de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de impostos incidentes. Vide Nota 9.
- (ii) Esse montante compreende R\$50.606 de juros de arrendamento (Nota 11), líquido de R\$4.489 de PIS e COFINS (R\$54.375 e R\$4.261 em 31 de dezembro de 2024, respectivamente).

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Imposto de renda e contribuição social**a) Conciliação da taxa efetiva**

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	69.685	116.419
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%	(23.693)	(39.582)
<u>Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:</u>		
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	378	368
Exclusão do lucro real conf. Art. 19 – Lei 11.196/2005 – (Lei do bem)	317	902
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	6	12
Outras adições e exclusões permanentes	(12)	503
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(23.004)	(37.797)
 Imposto de renda e contribuição social – corrente	 (34.727)	 (37.106)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	11.723	(691)
	(23.004)	(37.797)
	33,01%	32,47%

b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	2025	2024
Provisão para perdas esperadas com crédito	436	699
Provisão para perdas de estoques	238	415
Provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	4.958	952
Ajuste a valor presente	(6.498)	(8.504)
Arrendamentos	22.897	24.826
Diferença de taxa de depreciação	248	(11)
Bonificação de estoques não realizados	4.685	5.352
Operação de SWAP	240	(325)
Prejuízo fiscal	12.109	2.670
Outros	(293)	1.198
Imposto de renda diferido ativo, líquido	39.020	27.272

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos está abaixo demonstrada:

	2025	2024
Saldo inicial imposto de renda diferido ativo, líquido	27.272	27.963
Ajuste relativo a saldos patrimoniais de arrendamento – CPC 06 (Reversão) no resultado do período	25	-
	11.723	(691)
Saldo final imposto de renda diferido ativo, líquido	39.020	27.272

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

A Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	46.681	78.622
Quantidade média ponderada de ações do exercício	622.139.776	622.139.776
Lucro por ação - básico e diluído (expressos em Reais)	0,0750	0,1264

28. Instrumentos financeiros

28.1. Gestão de risco financeiro

- As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.
- a) Risco de mercado
- O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço.
- Risco de taxa de juros*
- A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic.
- Em relação aos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros e/ou da variação cambial que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e cambial.

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM no. 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia.

A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025:

	Risco	2025	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	11.985	CDI	762	572	381
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	1.926	CDI	274	206	137
Aplicações financeiras (ANC)	Redução do CDI	20.189	CDI	2.790	2.093	1.395
Partes relacionadas	Redução do CDI	619.523	CDI	85.618	64.214	42.809
Subtotal		653.623		89.444	67.085	44.722
Passivos:						
Empréstimos capital de giro (*)	Alta do CDI	(512.305)	CDI	(70.801)	(88.501)	(106.202)
Outros financiamentos (*)	Alta do CDI	(6.919)	CDI	(956)	(1.195)	(1.434)
Outros financiamentos (*)	Alta do IPCA	(67.634)	IPCA	(2.739)	(3.424)	(4.109)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	(7.627)	Selic	(934)	(1.168)	(1.401)
Subtotal		(594.485)		(75.430)	(94.288)	(113.146)
Total		59.138		14.014	(27.204)	(68.424)

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual DI pré conforme site B3 (13,82% a.a.) extraída em 09 de janeiro de 2026. Em relação ao cenário provável da SELIC foi considerada a projeção anual divulgada no Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 09 de janeiro de 2026 (12,25% a.a.), assim como, a projeção anual do IPCA (4,05% a.a.).

(*) Valor bruto dos custos de transação de captações de recursos de terceiros no montante de R\$9.701.

	Risco	2024	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	35.196	CDI	2.440	1.830	1.220
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	2.684	CDI	417	313	209
Aplicações financeiras (ANC)	Redução do CDI	12.679	CDI	1.911	1.433	956
Partes relacionadas	Redução do CDI	552.640	CDI	83.283	62.462	41.642
Subtotal		603.199		88.051	66.038	44.027
Passivos:						
Empréstimos capital de giro (*)	Alta do CDI	(518.693)	CDI	(78.167)	(97.709)	(117.251)
Outros financiamentos (*)	Alta do CDI	(52.288)	CDI	(7.880)	(9.850)	(11.820)
Outros financiamentos (*)	Alta do Dólar	(12.723)	Dólar	(1.046)	(1.308)	(1.570)
Outros financiamentos (*)	Alta do TLP	(28.447)	TLP	(1.786)	(2.233)	(2.679)
Parcelamento de tributos	Alta Selic	(8.515)	Selic	(1.277)	(1.596)	(1.916)
Subtotal		(620.666)		(90.156)	(112.696)	(135.236)
Total		(17.467)		(2.105)	(46.658)	(91.209)

(*) Valor bruto dos custos de transação de captações de recursos de terceiros no montante de R\$9.701

Notas Explicativas**Kalunga S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial sobre captações de empréstimos realizados em moeda estrangeira, Dólar Norte-Americano (USD). No entanto, a Companhia utiliza-se de contratos de instrumentos financeiros nessas operações, a fim de neutralizar e/ou minimizar os efeitos da exposição cambial.

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, os quais atualmente não são significativos, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, em que o risco de crédito é substancialmente das administradoras de cartões.

Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$397.525 (R\$292.554 em 31 de dezembro de 2024).

O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2025	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	872.383	-	-	872.383
Passivo de arrendamento	113.923	218.649	31.512	364.084
Empréstimos com partes relacionadas	-	6.006	-	6.006
Empréstimos e financiamentos	235.799	341.356		577.155
Total	1.222.105	566.012	31.512	1.819.628

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	835.991	-	-	835.991
Passivo de arrendamento	112.814	290.745	23.551	427.110
Empréstimos com partes relacionadas	-	6.312	-	6.312
Empréstimos e financiamentos	236.419	338.968	40.655	616.042
Total	1.185.224	636.025	64.206	1.885.455

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco.

Instrumentos financeiros derivativos – as operações com derivativos têm por objetivo proteger a Companhia contra variações cambiais, taxas de juros prefixadas e de inflação conforme o IPCA-IBGE. A Companhia reconheceu os efeitos das operações com derivativos na demonstração de resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros com o objetivo de gerenciar a liquidez e sua exposição a riscos de oscilação no câmbio. A gestão desses riscos é efetuada por meio de políticas e limites de exposição. A Administração não designou os instrumentos financeiros derivativos como *hedge accounting* e, portanto, há um efeito de ganhos e perdas da transação no resultado.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de profissionais capacitados que analisa os riscos financeiros e a estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. Os profissionais fornecem garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A seguir apresentamos a apuração do saldo de instrumentos financeiros derivativos:

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor notional atual	Valor notional original	Valor USD original	Troca			Início	Vencimento	Posição ativa	Posição passiva
				De	Para	Contraparte				
Variação cambial	R\$17.778	R\$20.000	\$3.635	IPCA	CDI	Banco Safra	29/04/2024	17/05/2027	(9.646)	9.412
Variação cambial	R\$20.000	R\$20.000	\$3.635	IPCA	CDI	Banco Safra	25/06/2025	17/07/2028	(17.932)	17.758
Variação Cambial	R\$9.829	R\$9.829	\$1.817	IPCA	CDI	Banco BMG	26/05/2025	15/06/2029	(9.176)	9.310
Variação indexador	R\$11.667	R\$15.000	\$2.726	IPCA	CDI	Banco Bradesco	28/06/2024	15/07/2027	7.942	(8.158)
Variação indexador	R\$11.667	R\$15.000	\$2.726	IPCA	CDI	Banco Bradesco	02/07/2024	15/07/2027	7.942	(8.158)
Subtotal									(20.870)	20.164
Total líquido									(706)	

Resumo para apuração dos saldos no Passivo e Ativo

Início	Vencimento	Tipo SWAP	Valor em moeda estrangeira	Ponta ativa (Em R\$)	Ponta passiva (Em R\$)	Ganho (perda)
29/04/2024	17/05/2027	Cambial	\$3.635	(9.646)	9.412	(234)
25/06/2025	17/07/2028	Cambial	\$3.635	(17.932)	17.758	(174)
26/05/2025	15/06/2029	Cambial	\$1.817	(9.176)	9.310	134
28/06/2024	15/07/2027	Índice	\$2.726	7.942	(8.158)	(216)
02/07/2024	15/07/2027	Índice	\$2.726	7.942	(8.158)	(216)
				(20.870)	20.164	(706)

Modalidade	Bancos	Empréstimos em		Derivativos em		Dívida líquida em	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
CCB	Banco do Brasil	207.712	244.742	-	-	207.712	244.742
CCB	Banco Bradesco	153.113	157.104	-	-	153.113	157.104
Outros financiamentos	Banco Bradesco	15.541	25.573	(432)	-	15.109	25.573
CCB	Banco Fibra	8.518	8.386	-	-	8.518	8.386
CCB	Caixa Econômica	57.008	47.501	-	-	57.008	47.501
CCB	SICOOB	44.025	51.036	-	-	44.025	51.036
Financiamentos	Banco Votorantim	51.309	49.948	-	-	51.309	49.948
CCB	Banco Safra	5.916	9.924	-	-	5.916	9.924
Contrato Finame de Material - 342708	Banco Safra	9.515	16.201	(234)	(312)	9.281	15.889
Contrato Finame de Material - 355429	Banco Safra	-	5.008	-	606	-	5.614
Contrato Finame de Material - 364177	Banco Safra	-	7.715	-	660	-	8.375
Contrato Finame	Banco Safra	17.328	-	(174)	-	17.154	-
Outros financiamentos	BMG	8.793	-	134	-	8.927	-
Nota Comercial - 14682025	Banco Ourinbank	8.080	-	-	-	8.080	-
Totais		586.858	623.138	(706)	954	586.152	624.092

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	20.781	46.256
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	100.863	59.478
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 2	1.926	2.684
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	(706)	955
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	619.523	552.640
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	41.592	52.625
			783.979	714.638
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	872.383	835.991
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	577.156	616.042
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	364.084	427.110
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	6.006	6.312
			1.819.629	1.885.455

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o período de nove meses findos em 31 de dezembro de 2025.

28.3. Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

Descrição	Em 31 de dezembro de 2024	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Custos de transação – Amortização	Custos de transação – Novos	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de 2025
Passivo de arrendamento	427.110	(115.735)	(50.606)	52.710	-	-	50.606	-	364.085
Empréstimos e financiamentos	616.042	(484.979)	(90.789)	447.747	3.756	(6.361)	92.289	(549)	577.156
Empréstimos com partes relacionadas	6.312	(2.860)	-	1.635	-	-	920	-	6.007
	1.049.464	(603.574)	(141.395)	502.092	3.756	(6.361)	143.815	(549)	947.248

Descrição	Em 31 de dezembro de 2023	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Custos de transação – Amortização	Custos de transação	Juros provisionados	Variação cambial	Em 30 de dezembro de 2024
Passivo de arrendamento	465.780	(108.918)	(54.374)	70.247	-	-	54.375	-	427.110
Empréstimos e financiamentos	666.702	(312.495)	(82.441)	257.938	3.176	(3.682)	85.958	886	616.042
Empréstimos com partes relacionadas	-	(5.600)	-	11.558	-	-	354	-	6.312
	1.132.482	(427.013)	(136.815)	339.743	3.176	(3.682)	140.687	886	1.049.464

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A Administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. Até 31 de dezembro de 2025, não foram outorgadas opções e não houve, consequentemente, nenhum registro contábil desse plano.

30. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2025	2024
Abatimento de dividendos distribuídos do mútuo a receber de partes relacionadas	-	100.972
Arrendamentos contratados durante o período e provisão de desmantelamento	50.306	63.385
Remensuração de arrendamentos	23.733	17.538
Baixa de contratos de arrendamento	(17.616)	1.580
Dividendos propostos	-	77.594
Dividendos intermediários	45.000	51.000

31. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros:

- Estabelecimentos comerciais (lojas) – incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R\$769.776 (R\$738.442 em 31 de dezembro de 2024), com um limite máximo garantido de R\$98.100 (R\$98.100 em 31 de dezembro de 2024); Centros de Distribuição no montante total de R\$266.177 (R\$256.783 em 31 de dezembro de 2024), com um limite máximo garantido de R\$211.140 (R\$170.000 em 31 de dezembro de 2024);
- Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R\$5.500 (R\$5.500 em 31 de dezembro de 2024);
- Seguro aeronáutico no montante limite de US\$13,3 milhões de dólares americanos (idem em 31 de dezembro de 2024), equivalentes a R\$73.182 (R\$82.357 em 31 de dezembro de 2024);
- Responsabilidade cível de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo garantido de R\$60.000 (R\$ 60.000 em 31 de dezembro de 2024); e
- Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (CyberEdge) com um limite máximo

Notas Explicativas

Kalunga S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

garantido de R\$1.000 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2024).

As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

À

Diretoria e ao Conselho de Administração da
Kalunga S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Kalunga S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kalunga S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada

"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

15

Reconhecimento das receitas de vendas

O procedimento de reconhecimento das receitas operacionais da Companhia envolve uma complexa matriz de controles internos, destinados a garantir que todas as mercadorias faturadas tenham sido efetivamente entregues aos seus devidos destinatários dentro do exercício fiscal correto. Desta forma, assegurase que as receitas oriundas das vendas de mercadorias sejam reconhecidas em conformidade com o princípio da competência contábil. As políticas adotadas pela Companhia para o reconhecimento de receitas, bem como os métodos utilizados para tal, estão extensivamente detalhados nas Notas Explicativas nos 3.18 e 21.

Este tópico foi destacado como um dos Principais Assuntos de Auditoria, devido ao volume substancial e à dispersão diária das transações verificadas. No processo de reconhecimento de receitas operacionais não foram identificadas inconsistências, que caso identificadas, poderiam levar a distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos incluíram os entendimentos dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, bem como a realização de testes substantivos. Esses procedimentos incluíram, por exemplo, a confirmação do momento exato do reconhecimento de receitas, avaliação documental para corroborar as vendas realizadas e respectivos recebimentos financeiros, bem como a execução de testes direcionados para verificar a correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e o efetivo reconhecimento das receitas. Adicionalmente, foram realizadas

revisões das premissas e testes específicos sobre os critérios empregados na elaboração dos ajustes a valor presente, com ênfase particular na verificação da autenticidade e apropriada mensuração destas receitas, e seu registro no período de competência aplicável.

Com base nos resultados obtidos por meio de nossos procedimentos de auditoria aplicados ao processo de reconhecimento de receitas operacionais, não foram identificados ajustes de auditoria necessários. Esta constatação é consistente com a avaliação realizada pela gestão, levando-nos a concluir que as práticas contábeis adotadas, incluindo as políticas de registro e as divulgações nas Notas Explicativas nos 3.18 e 21, são adequadas e aceitáveis, considerando o contexto das demonstrações financeiras como um todo.

16

Gestão do ambiente de Tecnologia da Informação
Em virtude do significativo volume de transações e a alta dependência das operações da Companhia em relação à infraestrutura de Tecnologia da Informação (T.I.), incluindo sistemas e aplicações críticas, além da natureza específica dos seus empreendimentos e sua extensão geográfica, o ambiente de T.I. foi classificado como um Principal Assunto de Auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os procedimentos de auditoria executados abrangeram: (i) engajamento de especialistas em T.I.; (ii) avaliação do desenho e implementação dos Controles Gerais de Tecnologia da Informação (CGTI) empregados pela Companhia nos sistemas e aplicações identificados como críticos para a integridade das informações que influenciam diretamente as Demonstrações Financeiras; (iii) análise dos procedimentos de autorização e emissão de credenciais para novos usuários, a revogação em tempo hábil de acessos a membros deslocados ou desvinculados, e a revisão regular de perfis de usuário; (iv) avaliamos a formalização e aprovação de mudanças em sistemas e aplicações pelo conselho diretivo da Companhia; e (v) inspecionamos o gerenciamento de operacionalidades, com enfoque nas estratégias para execução de backups de segurança e a pronta resolução de intercorrências.

Durante nossa avaliação, identificamos algumas deficiências nos Controles Gerais de Tecnologia da Informação (CGTI) que, embora presentes, não são consideradas significativas para a gestão global do ambiente de T.I. da Companhia. Importante destacar que essas deficiências não comprometeram a integridade geral das Demonstrações Financeiras nem refletem falhas críticas no ambiente de T.I.

A identificação dessas lacunas nos Controles Gerais de T.I. provocou uma reavaliação da natureza, timing e extensão de nossos testes substantivos, ajustados para assegurar a coleta de evidências de auditoria suficientes e adequadas. Dada a expansão destes procedimentos, julgada necessária por nossa equipe, os resultados obtidos forneceram uma base de evidência satisfatória e congruente com as Demonstrações Financeiras datadas de 31 de dezembro de 2025.

17

Mútuos a receber de acionistas controladores

(Partes relacionadas)

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia apresenta saldo relevante registrado na Rubrica "Partes relacionadas", substancialmente representado por mútuos concedidos a acionistas controladores, classificados no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes envolvidos totalizam aproximadamente R\$ 619 milhões, representando parcela relevante do ativo total da Companhia e do conjunto das demonstrações contábeis.

Essas operações são realizadas no curso das atividades da Companhia e encontram-se divulgadas nas demonstrações contábeis de acordo com os requisitos aplicáveis de divulgação de transações com partes relacionadas.

Considerando a materialidade desse saldo nas demonstrações contábeis, bem como a natureza das transações com partes relacionadas, esse assunto demandou atenção significativa da auditoria. Essas operações envolvem avaliação quanto à consistência das movimentações registradas no exercício, ao reconhecimento dos encargos financeiros incidentes sobre os mútuos e à adequação das divulgações nas notas explicativas.

Adicionalmente, os contratos de mútuo não possuem vencimento predeterminado e historicamente parte da redução desse saldo ocorreu por meio de compensações com dividendos distribuídos aos acionistas, circunstância que requer avaliação quanto à forma e ao horizonte esperado de realização desses valores.

Diante da relevância do saldo envolvido e da natureza das transações com partes relacionadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) obtenção e análise dos contratos de mútuo celebrados com partes relacionadas; (ii) conciliação dos saldos registrados na contabilidade com os registros auxiliares da Companhia; (iii) testes das movimentações ocorridas durante o exercício, incluindo concessões e eventuais compensações realizadas; (iv) verificação do cálculo e reconhecimento dos encargos financeiros incidentes sobre os mútuos; (v) análise da evolução histórica do saldo e das compensações realizadas por meio de dividendos; (vi) obtenção de posicionamento da administração quanto à expectativa de realização desses valores; e (vii) avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas relativas a partes relacionadas. Adicionalmente, avaliamos os elementos disponíveis que suportam a expectativa de realização desses valores, incluindo o histórico de liquidação das operações e as informações fornecidas pela Administração.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas, consideramos que os saldos registrados pela Companhia, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

18
Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) – informação complementar
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de

2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

19

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

? Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as

exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

20

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda

CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira

Contador CRC 1 SP 223326/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2.009, conforme alterada, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 17 de março de 2026.

José Roberto Menezes Garcia
Diretor Presidente

Felipe de Albuquerque Campos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Hoslei Amauri Touro Pimenta
Diretor

Plínio José Lopes Shiguematsu
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2.009, conforme alterada, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras, da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 17 de março de 2026.

José Roberto Menezes Garcia
Diretor Presidente

Felipe de Albuquerque Campos
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Hoslei Amauri Touro Pimenta
Diretor

Plínio José Lopes Shiguematsu
Diretor